

Justiça Comum julga morte de Galdino

Juíza nega pedido de transferência do caso para Justiça Federal. Conflito de competência pode fazer com que réus sejam libertados

Lúiz Gustavo Rabelo
Da equipe do Correio
Com agências

A presidente substituta do Tribunal do Júri do Distrito Federal, juíza Leila Curi, negou ontem o pedido da Procuradoria da República de transferir da Justiça Comum para a Justiça Federal o julgamento dos acusados de atear fogo no índio Galdino Jesus dos Santos.

O pedido havia sido feito na quinta-feira pelo procurador Luís Wanderley Gazoto, 34 anos, sob o argu-

mento de que os indígenas são tutelados pela União. Para sustentar o pedido, Gazoto citou ainda o artigo 109 da Constituição Federal, segundo o qual compete aos juízes federais processar e julgar infrações penais praticadas em detrimento do interesse da União e também a disputa sobre direitos indígenas.

No entendimento da juíza, o crime praticado pelos jovens contra Galdino não significa disputa sobre direitos indígenas, os quais são determinados no artigo 231 da Constituição Federal.

Para negar o pedido do Ministério

Público Federal, a juíza Leila Curi se amparou ainda na súmula 140, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que diz ser competência da Justiça Comum Estadual processar e julgar crimes em que o indígena figure como autor ou vítima.

A briga das justiças Federal e Comum pode resultar na libertação dos acusados pelo crime se essa competência não for decidida nos próximos 71 dias. Isso porque, pela legislação, nenhum cidadão pode ficar preso por mais de 81 dias — a partir do momento da prisão — sem que a Justiça tenha concluído a parte de instrução processual probatória (consolidação de todas as provas e testemunhos do processo).



Segundo a representante do Ministério Público do Distrito Federal, promotora Maria José Miranda Pereira, ao provocar a crise de competência, a Procuradoria da República acabou fazendo o trabalho da defesa dos réus. Maria José desconfia que a instrução

processual possa ser suspensa ou mesmo anulada e levada à apreciação do STJ. A promotora teme que até o fim desse trâmite o prazo de 81 dias — dez já passados desde a prisão dos criminosos — acabe se extinguindo.

O processo contra quatro dos cinco rapazes que queimaram Galdino já está tramitando na Justiça do Distrito Federal. Tanto que a juíza Leila Curi

marcou o depoimento dos quatro jovens para o próximo dia 5 de maio, às 9h, no Tribunal do Júri.

Max Rogério Alves, Antônio Novély, Tomas Oliveira de Almeida e Eron Chaves Oliveira foram denunciados por homicídio triplamente qualificado: motivo torpe, crueldade e impossibilidade de defesa da vítima.

A juíza também relaxou a prisão em flagrante e decretou a prisão preventiva dos quatro jovens. Ela alegou que eles foram presos em consequência de uma operação policial e não no momento em que atearam fogo no índio Galdino, descaracterizando o flagrante, mas pediu a prisão preventiva, usando como argumentos as provas e os indícios de que eles realmente praticaram o crime, a repercussão negativa do caso no país e no exterior e a possibilidade de descrédi-

to da Justiça caso o grupo fosse solto.

Segundo fontes do Poder Judiciário, o relaxamento e a prisão preventiva podem ser entendidos como uma forma de evitar que eles fossem soltos por força de um habeas corpus que alegasse não haver flagrante.

O delegado da 1ª DP (Asa Sul) e presidente do inquérito que investigou o crime, Valmir Carvalho, enviou à Justiça os laudos feitos pelo Instituto de Criminalística e Médico Legal, confirmando que os rapazes jogaram álcool combustível no índio e que não havia cobertor na parada de ônibus onde Galdino foi queimado.

Valmir ouviu ontem a última testemunha do caso, Antônio Nery Moreira, porteiro do bloco K da 204 Sul, onde a família de Max tem um apartamento. Moreira confirmou que Max trocou de carro na noite do crime.



Estudantes de todo o Distrito Federal se reuniram ontem na Praça do Compromisso com o intuito de dissociar a juventude brasileira da imagem de violência criada pelo crime contra o índio pataxó

Estudantes fazem mais um manifesto pela paz

Valesca Rivieri
Da equipe do Correio

Os estudantes foram chegando aos poucos. Alguns vindo da Universidade de Brasília (UNB), outros do Setor Oeste, Centro unificado de Brasília (Ceub), Objetivo, Centro de Ensino da Asa Norte (Cean), Sigma e outras escolas. O ponto de encontro foi a Praça do Compromisso, na 703/704 Sul, onde o índio pataxó Galdino de Jesus dos Santos morreu queimado. Cerca de 200 estudantes fizeram um manifesto pela paz, junto com alguns índios que aderiram ao movimento. Não havia pinturas, cocares ou dança, mas alguns estudantes estavam de branco.

Generalização foi a palavra mais abominada pelos jovens durante a manifestação que iniciou às 11 horas, com uma hora de atraso. Além de pregar a paz, eles queriam dissociar a imagem passada pela mídia de que os jovens de Brasília são mais violentos que os demais.

"A intenção é mostrar que a juventude de Brasília não pode ser julgada pelo um fato isolado que envolveu cinco pessoas", afirma Enelson Gomes Rodrigues, 27 anos, presidente do Diretório Central (DCE) da UnB. "Ontem, o Fantástico chamou a juventude do Distrito Federal de transviada", exemplifica. "A juventude é violenta em todas as cidades, porque a violência é um reflexo de perda de

valores", contesta.

Muitos alunos do Setor Oeste, onde G.A.J. um dos jovens que matou Galdino estudava, compareceram para limpar o nome da escola. Eles entregaram uma Carta Aberta para os manifestantes. Em um trecho da carta, eles escreveram que "os jovens de Brasília, não podem ser tachados de monstros por atitudes que não cometeram. Generalizar é uma maneira muito fácil e cômoda de tentar achar soluções para casos difíceis, que acontecem a todo momento, em diferentes lugares do país e do mundo".

As amigas Mirella Barbosa Rodrigues, 16, e Renata Gomes Fogaça, 16, estudantes do primeiro ano do Setor Oeste, foram na manifestação por-

que estavam incomodadas com o assédio da imprensa. "Nós viemos porque tinham muitos jornais no colégio querendo derrubar a imagem da escola", explica Renata. "A escola não é isso. Não são todos que são assim", questiona Mirella.

Em missão de paz, Crisanto Rudzô, da tribo Xavante, reforçou a idéia de que aos jovens da cidade não são violentos. "Em nome da minha geração temos que refazer a imagem de Brasília que ficou como um símbolo de violência", acredita. Para ele, cada jovem tem que refletir e procurar o equilíbrio dentro de si. "Não vim para falar sobre o que aconteceu e condenar, mas para mostrar que a paz está dentro de nós", afirma.

Se equilibrando em pernas de pau, o grupo Oficina de Brincar composto pelo palhaço Espigão (José Carlos), 25, Daniele Noronha, 18, e José Matos, 13, também deu o seu recado. O palhaço Espigão, que é professor do Setor oeste, lembrou que os alunos são desinteressados e muitos desprezam os professores. "O que pensar de jovens que mandam a mãe ir para a p...? Se eles agridem os pais, imaginam as pessoas na rua?", cutucava.

Ao som do violino do estudante da UnB Daniel Cunha, as palestras encerraram. Todos se uniram próximo à parada de ônibus para dar o Abraço da Paz. O grande círculo formado se fechou para que todos se encontrassem em um só objetivo.

ARTIGO

O EXTERMÍNIO DOS EXCLUÍDOS

Antônio Cafu

São constantes as violências praticadas contra mendigos, bêbados e meninos de rua em São Paulo. Elas começaram com o surgimento de gangues neonazistas, que pregam o extermínio físico das minorias étnicas e dos grupos sociais marginalizados. Da grande metrópole, a violência se expandiu para outras cidades, incluindo Brasília, e não é um fenômeno típico do terceiro mundo, como podem pensar alguns. Na Europa, este tipo de manifestação tem sido freqüente desde a década passada, basicamente contra migrantes de origem africana e grupos homossexuais, que têm suas casas incendiadas e são apedrejados e espancados até a morte.

Por tanto, o assassinato do conselheiro da nação pataxó, Galdino Jesus dos Santos, não é um fato isolado, mas um fenômeno global, moderno, de fim de século. O que leva pessoas bem instruídas a matar uma outra que nunca viram? O que significa para os assassinos a imagem de um homem adormecido? Que tipo de ameaça um homem inconsciente e desamado pode representar?

O assassinato de Galdino mostra que as populações não brancas, junto com os pobres, entram na era da informatização, da globalização e do neoliberalismo, como vítimas. As instituições públicas, criadas para proteger o cidadão, como a Funai, desarticulam serviços prestados a estas populações marginalizadas, como a Casa do Índio, em Brasília, que recebia os grupos em viagem. Às vésperas do século XXI vemos a sociedade dividida em duas: contraventores e vítimas. Nós, que estamos do lado e ao lado das vítimas, lutamos para reverter esta situação.

Antônio Cafu é deputado distrital